



Extensão Universitária e Geração de Valor Público: o caso do Jardim Sensorial como Estratégia de Gestão Extensionista em Universidade Pública

Fernanda Pavan Habermann

Universidade Federal de São Carlos/ fepavan@ufscar.br

Andréa Eloísa Bueno Pimentel

Universidade Federal de São Carlos/ andreapimentel@ufscar.br

RESUMO

O presente artigo analisa a implantação de um jardim sensorial em biblioteca universitária pública como estratégia de extensão voltada à geração de valor público. A iniciativa é examinada à luz da perspectiva da Sociologia Econômica, especialmente a partir das contribuições de Karl Polanyi e Mark Granovetter, articuladas ao debate sobre gestão pública e função social da universidade. Argumenta-se que o projeto extensionista ultrapassa a dimensão pedagógica ao constituir-se como prática organizacional capaz de ampliar o impacto social institucional, fortalecer a legitimidade da universidade pública e promover a integração com a comunidade externa. O jardim sensorial, implantado na Biblioteca campus Araras (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), promove atividades de educação ambiental não formal destinadas a crianças do ensino fundamental, articulando ensino, extensão e responsabilidade socioambiental. Conclui-se que iniciativas extensionistas estruturadas sob perspectiva estratégica contribuem para a geração de valor público e para o fortalecimento da função social das instituições públicas de ensino superior.

Palavras-chave: extensão universitária, gestão pública, valor público, inovação social, biblioteca universitária.



1 Introdução

A crescente intensificação dos problemas socioambientais evidencia a necessidade de repensar as formas de relação entre sociedade, natureza e economia. A centralidade da educação na agenda ambiental também tem sido reafirmada em debates internacionais recentes. Durante a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada no Brasil em 2025, foram apresentadas diretrizes voltadas ao fortalecimento da educação ambiental como eixo estratégico para o enfrentamento da crise climática. Na ocasião, destacou-se o papel das instituições educacionais na formação de uma consciência ambiental crítica e na promoção de práticas sustentáveis, ressaltando que escolas, universidades e institutos federais constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento da educação climática e socioambiental (MEC, 2025).

Nesse contexto, a educação ambiental assume papel fundamental na formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender e intervir nos desafios ambientais contemporâneos.

No Brasil, a educação ambiental é reconhecida como componente essencial do processo educativo. A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que essa dimensão deve estar presente de forma integrada em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo uma abordagem interdisciplinar voltada à formação de valores, atitudes e competências orientadas à sustentabilidade (Brasil, 1999).

Para além do espaço escolar formal, práticas educativas desenvolvidas em contextos não formais têm se mostrado particularmente relevantes por promoverem aprendizagens significativas, sensoriais e contextualizadas.

As universidades públicas, enquanto instituições sociais voltadas à produção e difusão do conhecimento, desempenham papel estratégico na promoção de ações educativas que extrapolam a lógica mercantil e se orientam pelo interesse público. Inseridas nesse cenário, as bibliotecas universitárias deixam de ser compreendidas apenas como espaços de guarda e acesso à informação, passando a assumir funções educativas, culturais e sociais ampliadas, especialmente quando se articulam com iniciativas de extensão e educação ambiental.



A partir da perspectiva da Sociologia Econômica, busca-se analisar essa prática educativa da implantação do jardim sensorial na biblioteca à luz das contribuições de Karl Polanyi e, de forma complementar, de Mark Granovetter, especialmente no que se refere à noção de economia incrustada nas relações sociais.

Parte-se do pressuposto de que o jardim sensorial constitui uma iniciativa que produz valor social, educativo e ambiental, distanciando-se da racionalidade econômica mercantil dominante e se sustentando em redes sociais e institucionais específicas.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida a implantação de um jardim sensorial em biblioteca universitária pública pode ser compreendida como estratégia de gestão extensionista voltada à geração de valor público?

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a implantação de um jardim sensorial em biblioteca universitária pública como estratégia de gestão extensionista voltada à geração de valor público, à luz das contribuições da Sociologia Econômica.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como práticas extensionistas podem contribuir para a geração de valor público, ampliando o papel social das bibliotecas universitárias como espaços de aprendizagem, convivência e educação ambiental.

2 Referencial teórico

Esta seção apresenta os principais referenciais teóricos que fundamentam a análise do estudo, com destaque para as contribuições da Sociologia Econômica, bem como para o debate sobre extensão universitária, valor público e educação ambiental.

2.1. Contribuições da Sociologia Econômica

A Sociologia Econômica constitui-se como um campo de estudos que questiona a concepção da economia como uma esfera autônoma e autorregulada, ao compreendê-la como socialmente construída e profundamente imbricada nas relações sociais, culturais e



institucionais. Conforme sistematizado por Steiner (2006), esse campo analítico enfatiza que os processos econômicos não podem ser entendidos de forma isolada, pois são moldados por normas, valores e formas de organização social que estruturam a vida coletiva.

Entre os principais autores da Sociologia Econômica, Karl Polanyi se destaca por sua crítica à mercantilização da vida social e da natureza. Segundo Polanyi (2000), nas sociedades tradicionais a economia encontrava-se incrustada (*embedded*) nas relações sociais, sendo regulada por valores culturais, normas sociais e necessidades coletivas. Com o advento do capitalismo moderno, a economia passa a se desincrustar dessas relações, submetendo a sociedade à lógica do mercado autorregulado. Esse processo resulta na mercantilização de elementos fundamentais da vida social, como o trabalho, a terra e o dinheiro, tratados pelo autor como “mercadorias fictícias”.

No campo ambiental, essa lógica se manifesta na exploração intensiva dos recursos naturais e na subordinação das questões ecológicas às dinâmicas de mercado. Nesse sentido, a educação ambiental pode ser compreendida como uma estratégia de resistência a essa racionalidade mercantil, ao promover valores como sustentabilidade, cuidado ambiental e responsabilidade coletiva. Práticas educativas desenvolvidas em instituições públicas, especialmente em contextos não formais, reafirmam a economia como parte integrante das relações sociais, recolocando o bem comum e a proteção ambiental no centro das ações educativas.

Complementando essa perspectiva, Mark Granovetter aprofunda o conceito de incrustação ao demonstrar que a ação econômica se estrutura a partir de redes concretas de relações sociais. Para o autor, as decisões econômicas não podem ser compreendidas como resultado de indivíduos isolados ou puramente racionais, mas como práticas profundamente imersas em relações sociais, nas quais elementos como confiança, cooperação, instituições e vínculos sociais desempenham papel central (Granovetter, 2007).

A partir dessa perspectiva, iniciativas desenvolvidas no âmbito das instituições públicas de ensino podem ser compreendidas como práticas sociais imersas em redes de relações institucionais, educativas e comunitárias. Projetos de extensão universitária, ao articular universidade e sociedade em torno de objetivos coletivos, configuram espaços



privilegiados para observar como valores sociais, práticas educativas e interações institucionais contribuem para a construção de iniciativas voltadas ao bem público.

Assim, as contribuições da Sociologia Econômica oferecem um referencial analítico relevante para compreender iniciativas educativas desenvolvidas no âmbito das universidades públicas como práticas sociais incrustadas em redes institucionais e orientadas por valores coletivos. A partir dessa perspectiva, projetos de extensão voltados à educação ambiental podem ser interpretados não apenas como ações pedagógicas, mas como iniciativas que produzem valor social e reforçam o papel público da universidade.

2.2. Extensão Universitária e Geração de Valor Público

No âmbito da administração pública, a noção de valor público refere-se à capacidade das organizações estatais de produzir benefícios socialmente relevantes, legitimados pela sociedade e alinhados ao interesse coletivo (Moore, 1995). Diferentemente da lógica mercantil, centrada na maximização de lucros, a gestão pública orienta-se pela promoção do bem comum, pela ampliação do acesso a direitos e pela geração de impactos sociais positivos.

Os projetos de extensão constituem um dos principais mecanismos pelos quais as instituições de ensino superior concretizam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, art. 207). Por meio dessas iniciativas, a universidade estabelece diálogo direto com a comunidade, promove inclusão social, difunde conhecimento e responde a demandas sociais emergentes.

Assim, iniciativas extensionistas voltadas à educação ambiental podem ser compreendidas como práticas de gestão pública que geram valor público ao contribuir para a formação cidadã, o fortalecimento da consciência socioambiental e a consolidação da universidade como agente ativo no desenvolvimento local. A análise do jardim sensorial, portanto, insere-se nesse debate ao evidenciar como uma ação extensionista pode produzir impactos institucionais e sociais relevantes.



2.3. Educação Ambiental e Educação Não Formal

A educação ambiental configura-se como instrumento fundamental para a construção de sociedades sustentáveis, ao promover a formação de valores, atitudes e práticas orientadas à preservação do meio ambiente e à justiça socioambiental (Jacobi, 2003; Reis et al., 2021). Ao estimular a reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e natureza, contribui para a formação de cidadãos capazes de atuar na transformação das realidades socioambientais.

A educação ambiental tem sido reconhecida como um instrumento fundamental para a construção de sociedades mais sustentáveis, ao promover a ampliação do acesso à informação, a formação da consciência crítica e o fortalecimento da participação social nas questões ambientais. Conforme argumenta Jacobi (2003), a multiplicação de práticas sociais voltadas à educação ambiental contribui para ampliar o direito à informação e estimular a formação de cidadãos capazes de compreender seus direitos e responsabilidades na proteção do meio ambiente.

Nesse contexto, destaca-se o papel da educação não formal, entendida como o conjunto de práticas educativas desenvolvidas fora das estruturas formais do sistema escolar. Conforme Cendales e Marinô (2006), tais experiências ampliam as possibilidades de aprendizagem ao promover processos formativos mais flexíveis, participativos e contextualizados. Para Gadotti (2005), a educação não formal apresenta grande potencial formativo justamente por ocorrer em espaços diversos da vida social, possibilitando a construção de conhecimentos e valores a partir da experiência cotidiana.

No campo ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que a educação ambiental não formal corresponde às ações educativas voltadas à sensibilização da coletividade para as questões ambientais e à sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente (Brasil, 1999). Nesse sentido, iniciativas educativas desenvolvidas em espaços institucionais como bibliotecas, museus e projetos de extensão universitária podem



desempenhar papel relevante na promoção da consciência ambiental e na aproximação entre universidade e sociedade.

3 Método de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e exploratória, voltada à análise de uma experiência de extensão universitária relacionada à implantação de um jardim sensorial em biblioteca universitária pública.

O presente estudo fundamenta-se em abordagem teórico-analítica, apoiada em revisão bibliográfica e análise documental do projeto extensionista. A investigação busca interpretar a estruturação e os objetivos institucionais do projeto à luz das contribuições da Sociologia Econômica e da literatura sobre gestão pública e extensão universitária.

A análise envolveu o exame documental do projeto de implantação do jardim sensorial, bem como a interpretação de suas finalidades institucionais e educativas à luz do referencial teórico adotado.

4 Análise e discussão: o jardim sensorial

O jardim sensorial implantado na Biblioteca da UFSCar, campus Araras, configura-se como um espaço educativo voltado à promoção da educação ambiental não formal, especialmente para crianças. O ambiente é composto por plantas medicinais e aromáticas, devidamente identificadas com seus nomes populares, científicos e benefícios para a saúde, além de estruturas que estimulam os cinco sentidos humanos: visão, olfato, tato, paladar e audição.

Durante as visitas escolares, são realizadas oficinas educativas que abordam temas relacionados ao meio ambiente, ao uso consciente dos recursos naturais e ao conhecimento popular associado às plantas. O jardim sensorial possibilita uma aprendizagem experiencial, baseada na interação direta com o ambiente, favorecendo o desenvolvimento da



sensibilidade ambiental desde a infância e estimulando formas de conhecimento que vão além da transmissão cognitiva tradicional.

Inserido em uma biblioteca universitária pública, o jardim sensorial amplia a função social desse espaço, transformando-o em um ambiente de vivência, troca de saberes e aproximação entre universidade e comunidade externa. Trata-se de uma iniciativa que não visa retorno financeiro, mas a produção de benefícios sociais, educativos e ambientais, reforçando o papel da universidade pública como agente de promoção do bem comum.

À luz da teoria de Polanyi, o jardim sensorial pode ser interpretado como uma prática educativa que reafirma a economia incrustada nas relações sociais. Ao promover a educação ambiental fora da lógica mercantil, o projeto se contrapõe à tendência de mercantilização da natureza e do conhecimento, ao valorizar práticas educativas orientadas por princípios coletivos e ambientais.

O valor produzido pelo jardim sensorial não é econômico no sentido mercantil, mas social, educativo e simbólico. Ele se expressa na formação ambiental das crianças, no fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade e na valorização da universidade pública como espaço de produção de conhecimento socialmente comprometido.

À luz das contribuições de Granovetter (2007), o jardim sensorial pode ser compreendido ainda como uma prática incrustada em redes sociais e institucionais específicas. Sua implementação e funcionamento dependem das relações estabelecidas entre a universidade, a biblioteca, as escolas e a comunidade, bem como da confiança e da cooperação entre os diferentes atores envolvidos.

Dessa forma, o jardim sensorial não se configura como uma ação isolada, mas como uma prática social sustentada por vínculos relacionais que viabilizam a circulação de saberes, a realização das atividades educativas e a aproximação entre universidade e sociedade.

Sob a ótica da gestão pública, o jardim sensorial pode ser compreendido como prática de gestão extensionista que amplia o alcance institucional da universidade, fortalece sua legitimidade perante a comunidade e contribui para a geração de valor público. Ao estruturar e planejar a ação extensionista de forma organizada, a instituição não apenas



promove educação ambiental, mas consolida estratégias de interação social alinhadas às diretrizes da administração pública contemporânea.

5 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o jardim sensorial como estratégia de gestão extensionista voltada à geração de valor público em universidade pública a partir da perspectiva da Sociologia Econômica.

Com base nas contribuições de Polanyi e Granovetter, foi possível compreender o jardim sensorial como uma prática social incrustada, orientada por valores coletivos e sustentada por redes de relações sociais e institucionais.

Os resultados da análise indicam que iniciativas como essa contribuem para a formação da consciência ambiental, para o fortalecimento do papel social da universidade pública e para a construção de práticas educativas comprometidas com o bem comum.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a extensão universitária como estratégia de geração de valor público, evidenciando o potencial das bibliotecas universitárias como espaços de inovação social, educação ambiental e interação entre universidade e comunidade.

Além das contribuições teóricas, o estudo evidencia implicações relevantes para a gestão pública universitária, ao demonstrar que projetos extensionistas estruturados de forma estratégica podem ampliar o impacto social e contribuir para a geração de valor público.

Assim, o jardim sensorial apresenta-se como modelo replicável de inovação organizacional no âmbito da administração de bibliotecas universitárias.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/551671/publicacao/15716732>. Acesso em: 22 set. 2024.



BRASIL. Ministério da Educação. **MEC apresenta política de educação ambiental na COP30**. Brasília: MEC, 2025.

CENDALES, L.; MARINÔ, G. **Educação não-formal e educação popular: para uma pedagogia do diálogo cultural**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Brasília: Instituto Paulo Freire, 2005.

GRANOVETTER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, 2007.

MOORE, Mark H. **Creating Public Value: Strategic Management in Government**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, 2007.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. 2003.

POLANYI, Karl. A grande transformação. 2000.

REIS, F. H. C. S. et al. A Educação Ambiental no Contexto Escolar Brasileiro. 2021.

STEINER, Philippe. A sociologia econômica. 2006.